

t'Ana Irmãos e Fialho C. & C.ª, concessionárias, a primeira dos locais «Leixão do Lobo» e «Maria Josefina» e a segunda do local «A do Sol», todos situados no distrito marítimo da capitania do porto de Lagos, e para a pesca da sardinha por meio de armações fixas à valenciana, requerido a fusão das mesmas em uma nova sociedade comercial, também em nome colectivo, sob a firma Fialho C. & C.ª

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, tendo em vista o disposto no regulamento geral da pesca da sardinha nas costas de Portugal, de 14 de Maio de 1903, e mais disposições em vigor, aprovar a fusão das referidas sociedades em nome colectivo numa só desta mesma espécie e sob a firma Fialho C. & C.ª, com sede em Faro, constituída por escritura de 8 de Janeiro de 1913, e devidamente registada no Tribunal do Comércio de Faro, em 15 do mesmo ano, sociedade esta de que fazem parte João António Júdice Fialho, António Maria Parreira Cruz, José Joaquim de Sant'Ana e António Joaquim de Sant'Ana, únicos sócios que pertenciam às extintas firmas Fialho C. & C.ª e Parreira Cruz & Sant'Ana Irmãos, os dois primeiros àquela e os três últimos a esta.

Paços do Governo da República, em 6 de Fevereiro de 1913.—O Ministro da Marinha, José de Freitas Ribeiro.

Foi paga, em estampilhas do imposto do selo, a importância total de 3\$710 réis: 3\$610 réis de emolumentos e adicionais (decreto de 16 de Junho de 1911) e 100 réis de selo (lei de 24 de Maio de 1902). Estas estampilhas estão coladas neste diploma e inutilizadas da seguinte forma: Manuel Lourenço Vasco de Carvalho, contra-almirante, Director Geral da Marinha—6—Fevereiro—1913.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

#### 2.ª Repartição

Em portaria de 18 de Dezembro de 1912:

Concedido um mês de licença, nos termos do artigo 82.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, ao primeiro oficial da Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, Francisco Vieira Correia.

Em portaria de 30 de Dezembro:

Designado o segundo oficial, Henrique da Guerra Quaresma Viana, para substituir o chefe da 1.ª Repartição da mesma Direcção, na ausência simultânea deste e do primeiro oficial.

### Movimento do pessoal consular português

#### Brasil

Manaus—Em portaria de 7 de Janeiro de 1913, prorrogada por mais um mês, nos termos do § único do artigo 4.º da lei de 30 de Junho de 1912, a licença concedida ao cônsul, José Jorge Rodrigues dos Santos. Rio Grande do Norte (Natal)—Em 27 de Dezembro de 1912, exonerado, a seu pedido, o vice-cônsul, Francisco Gomes Vale Miranda.

#### Bélgica

Roma—Por decreto de 23 de Novembro, foi elevado à categoria de cônsul geral, o cônsul Arnaldo Fonseca, que assumiu a gerência do Consulado Geral em 2 de Janeiro de 1913.

#### Estados Unidos da América

New-York—Em portaria de 6 de Janeiro, prorrogada por mais um mês a licença concedida ao cônsul geral, Oscar George Potier.

New-York—Por decreto de 31 de Dezembro de 1912, transferido de Cardiff o cônsul de 2.ª classe, Carlos Rangel de Sampaio.

#### Gran-Bretanha

Cardiff—Por decreto de 31 de Dezembro, transferido de New York o cônsul de 1.ª classe, Oscar George Potier.

Londres—Em 20 de Janeiro, reassumiu as funções do seu cargo o cônsul geral, Demétrio Cinatti.

#### Espanha

Frejeneda—Em 3 de Janeiro, confirmada a nomeação do Miguel Garcia y Hurtado para vice-cônsul.

Guardia—Em 16 de Janeiro, confirmada a nomeação de Arturo Fernandez del Vale para vice-cônsul.

#### Itália

Leorne—Em 24 de Janeiro faleceu o cônsul honorário, Guido de Chayer.

Luccar—Ausentou-se o vice-cônsul, ficando a gerência do vice-consulado a cargo de Luigi Gualtero Padini.

Palermo—Em 11 de Dezembro de 1912 reassumiu as funções do seu cargo o cônsul, José Llamibi.

#### Sião

Bangkok—Em 1 de Janeiro reassumiu as funções do seu cargo o cônsul geral, Luis Leopoldo Flores.

#### Turquia

Byruth—Em 3 de Dezembro reassumiu as funções do seu cargo o cônsul, Alfredo Purodi.

Smyrna—Em 13 de Dezembro o cônsul de Itália assumiu a gerência interina do consulado de Portugal.

## Pessoal consular estrangeiro

### Brasil

Quelimane—Em 18 de Janeiro de 1913, concedido o Exequatur à nomeação de Rudolpho Huber para cônsul, com jurisdição em toda a província de Moçambique.

### Estados Unidos da América

Funchal—Em 10 de Janeiro, concedido o Exequatur à nomeação de John Correia para agente consular.

### Peru

Lisboa—Em 4 de Janeiro, concedido o Exequatur à nomeação de Mário Durand para cônsul.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 6 de Fevereiro de 1913.—A. F. Rodrigues Lima.

## MINISTÉRIO DO FOMENTO

### Secretaria Geral

Para os efeitos legais e conhecimento do interessado se publica o seguinte despacho:

Por decreto de 1 de Fevereiro corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 6 do mesmo mês:

Carlos Augusto Elbling, segundo oficial do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento—promovido, precedendo concurso, a primeiro oficial do mesmo quadro.

Secretaria Geral, em 6 de Fevereiro de 1913.—O Secretário Geral, M. Correia de Melo.

Atendendo ao que representaram João Miguel Dias, Director Geral Interino dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, Paulo Fernando Vitorino de Moraes, primeiro oficial da Caixa Geral de Depósitos e António Augusto Borges, chefe de repartição do Banco de Portugal, que haviam sido nomeados em portarias de 2 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1912, para, constituídos em comissão, proceder a sindicância à extinta Direcção dos Serviços da Carta Agrícola e ao Mercado Central de Produtos Agrícolas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, conceder a exoneração que solicitam, de membros da referida comissão.

Paços do Governo da República, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Fomento, António Maria da Silva.

## Direcção Geral do Comércio e Indústria

### Repartição da Propriedade Industrial

#### 1.ª Secção

### Registo internacional de marcas

Recusa de protecção em Portugal de marcas registadas no Bureau International de Berne

Em conformidade do artigo 4.º do decreto de 1 de Março de 1901, e por despacho de 5 de Fevereiro de 1913, foi recusada a protecção, em Portugal, a marca n.º 11:980, por se confundir com a marca do registo nacional n.º 9:841.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 6 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

#### 2.ª Secção

Patentes de invenção caducadas no mês de Novembro de 1912—N.ºs 3:464\*, 4:031, 4:034, 4:035, 5:057, 5:080, 5:991, 6:015, 6:487, 6:489, 6:493, 6:495, 6:504, 6:879, 6:887, 6:889, 6:895, 6:905, 6:906, 6:912, 7:376, 7:377, 7:381, 7:382, 7:388, 7:396, 7:397, 7:399, 7:876, 7:877, 7:878, 7:880, 7:881, 7:882, 7:884, 7:888, 7:889, 7:890, 7:892, 7:893, 7:895, 7:897, 7:899, 7:900, 7:904, 7:908, 7:910 e 7:914.

\* Esta patente caducou em 24 de Novembro de 1910, e por lapso não foi incluída na relação das patentes caducadas no mês de Novembro de 1910, publicada no *Diário do Governo* n.º 47, de 27 de Fevereiro de 1911.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 30 de Janeiro de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

## Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Viana do Alentejo, em 30 de Novembro de 1912

### ACTIVO

Caixa . . . . .	63\$990
Empréstimos aos sócios por:	
Fiança . . . . .	800\$000
Despesas gerais . . . . .	20\$165
Depósito no Banco . . . . .	1\$000
	<u>885\$155</u>

### PASSIVO

Fundo social—Cotas e jóias cobradas . . . . .	57\$600
Depósitos à ordem . . . . .	114\$090
Empréstimos à Caixa:	
Junta de Crédito Agrícola . . . . .	700\$000
Lucros e perdas . . . . .	13\$465
	<u>885\$155</u>

Os Directores, António José Marques—Rodrigo Pimenta de Massapina.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 23 de Janeiro de 1913.—O Secretário, Júlio Torres.

## Administração Geral dos Correios e Telégrafos

### 1.ª Direcção

#### 2.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo designadas

Em 27 de Janeiro último:

José Carneiro—nomeado distribuidor rural do concelho de Vila Nova de Gaia (14.º giro), na vaga de Armando José Fernandes, exonerado. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 1 do corrente).

Em 6 do corrente:

Domingos Lobo Soares, segundo aspirante das ambulâncias postais, o Leopoldino Maria da Graça Abel, segundo aspirante da estação central do correio do Porto—transferidos, reciprocamente, por conveniência do serviço.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 6 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, J. M. Pinheiro e Silva.

### 5.ª Direcção

#### 1.ª Divisão

Em conformidade com o disposto no artigo 9.º do regulamento para o serviço de ordens postais, aprovado por decreto de 6 de Maio de 1909, faz-se público que foi estabelecida a venda de ordens postais na estação telegrafo-postal abaixo designada:

Distrito	Concelho	Estação
Santarém . . . . .	Abrantes . . . . .	Tramagal.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 5 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, J. M. Pinheiro e Silva.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

### Direcção Geral das Colónias

#### 2.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Por decretos de 1 do corrente mês:

Constâncio Joaquim Xavier Clovinho Ludovico de Almeida—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Naveli, no Estado da Índia.

José Joaquim Roque Francisco Henrique Colaço—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Cortalim, no Estado da Índia.

António de Ataíde Lobo—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Anjuna, no Estado da Índia.

Por portarias da 6 do corrente mês:

Álvaro da Costa Moraes, funcionário do 3.º grau do quadro administrativo da província de Moçambique—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias que lhe arbitrou sessenta dias de licença para se tratar.

Arnaldo Eugénio Lopes, oficial da Secretaria Geral do governo da província de S. Tomé e Príncipe—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias que lhe arbitrou cento e vinte dias de licença para se tratar.

Carlos Vaz Velho da Palma, segundo oficial da Curadoria Geral do serviços da província de S. Tomé e Príncipe—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias que lhe arbitrou trinta dias de licença para se tratar.

(Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 6 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, A. Freire de Andrade.

#### 3.ª Repartição

Atendendo às vantagens de dotar o Jardim Zoológico de Lisboa com exemplares da fauna das nossas colónias: manda o Governo da República que os governadores das províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor e o do Estado da Índia, tomem as providências necessárias para a obtenção e remessa para a metrópole de exemplares vivos da fauna dos territórios sob a sua administração, com destino àquela estabelecimento.

Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1913.—O Ministro das Colónias, Artur R. de Almeida Ribeiro.

Sob proposta do Ministro das Colónias: hei por bem confirmar nos lugares das categorias abaixo indicadas, do quadro telegrafo-postal da província de Moçambique, a que foram promovidos, provisoriamente, em portarias provinciais de 27 de Novembro último, os seguintes funcionários:

Primeiro oficial, Domingos António da Piedade Barreto.

Segundo oficial, Francisco da Piedada Barreto.

Primeiros aspirantes, Rafael Cardoso Redondo, Joa